

 <b>PMMS</b>	<b>OCORRENCIA ENVOLVENDO CONTRABANDO E DESCAMINHO</b>	<b>PROCESSO: 5.03</b>
		<b>PADRÃO: 5.03.05</b>
		<b>ESTABELECIDO EM: 13/05/2020</b>
<b>NOME DO PROCEDIMENTO: OCORRENCIA ENVOLVENDO MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS COMO AUTORES DE CRIME.</b>  <b>RESPONSÁVEL:</b> Comandante da equipe policial		<b>REVISADO EM:</b>
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Dificuldade</b> de comunicação com sua unidade policial devido aos pontos cegos da região;</li> <li><b>Mudança</b> de entendimentos dos órgãos de fiscalização e/ou correição (Receita Federal, Ministério Público Federal) quanto à classificação e encaminhamento de ocorrências de contrabando e descaminho;</li> <li><b>Conferencia</b> e relação do material retido em termo específico;</li> <li><b>Identificação</b> do militar estadual envolvido na ocorrência.</li> </ol>		
<b>SEQUÊNCIA DE AÇÕES</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Identificar</b> qual produto está envolvido na ocorrência, classificando-o como contrabando ou descaminho, comunicando a sua unidade policial de imediato, caso seja possível;           <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. A classificação dos produtos como Contrabando e Descaminho deverá ser embasada na norma vigente, bem como em manifestações dos órgãos de correição e fiscalização, cabendo a administração policial provocar as demais instituições acerca das mudanças (observar a Nota de Instrução n.ºxx da PM3);</li> </ol> </li> <li><b>Identificar</b> a patente/graduação do militar da União autor da ocorrência, dando ciência a sua unidade policial, e solicitar apoio do oficial de serviço, caso o autor seja seu superior hierárquico, ativa ou reserva remunerada;</li> </ol>		

3. **Descrever** o material retido, prestando atenção na descrição quantidade: unidade, volume ou peso;
  - 3.1. A equipe policial fará a aferição da carga e, se ultrapassar o valor estipulado pelos órgãos de fiscalização e correição, comunicar a polícia federal da circunscrição a fim de encaminhar a ocorrência;
  - 3.2. Se a ocorrência for encaminhada à Polícia Federal, a administração policial deverá comunicar a Organização Militar com circunscrição na área (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira), informando sobre a ocorrência, bem como para qual delegacia será apresentado o autor, colhendo o nome do militar que recebeu a informação, constando em relatório;
  - 3.3. Se a equipe policial identificar que o autor esteja agindo em razão da função, ou mesmo até de equipamentos (viatura oficial, fardamento ostensivo, armamento das Forças Armadas), possuindo elementos para a prática de crime militar, deverá fazer o contato de imediato à administração policial, que, por sua vez, comunicará o fato à Organização Militar da circunscrição;
4. **Confeccionar** o boletim policial, inserindo os autores e materiais ilícitos/irregulares, para ser apresentado na Delegacia de Polícia Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);
5. **Confeccionar** o termo de retenção específico, inserindo os autores e materiais ilícitos/irregulares, a fim de ser encaminhado à Receita Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);
6. **Encaminhar** o(s) autor(es) e o material retido à delegacia de Polícia Federal para a lavratura do flagrante (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);
7. **Encaminhar** o material apreendido à unidade policial para posterior apresentação na Receita Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);

8. **Efetuar** o fechamento da ocorrência, informando à administração os números dos boletins e termos produzidos;

8.1. Caso ocorra apenas a apresentação da ocorrência à Receita Federal, a administração policial deverá comunicar o fato à Organização Militar da região, com cópia do Boletim de Ocorrência Policial;

### POSSIBILIDADE DE ERRO

1. **Não observar** a natureza do material, atribuindo classificação errada;
2. **Não observar** a identificação do autor, deixando de seguir normas específicas;
3. **Deixar** de comunicar a administração policial da ocorrência em andamento, deixando de receber a orientação adequada;
4. **Deixar** de se atentar quanto ao valor estipulado pelos órgãos de fiscalização e correição, deixando de apresentar a ocorrência na delegacia de polícia federal, liberando inadequadamente o autor;
5. **Não relatar** características dos objetos retidos e nem quantidades, dando margem a erro e extravio de material;
6. **Estar desatualizado** em relação a procedimentos acordados pelo M.P.F.; ocorrendo em prisão ou liberação indevida;

### RESULTADOS ESPERADOS

1. Minimizar erros procedimentais das equipes policiais;
2. Diminuir o número de procedimentos instaurados devido a erro procedimental;
3. Dar transparência e segurança às equipes policiais;

### AÇÕES CORRETIVAS

1. Em caso de dúvidas, quanto ao procedimento a ser adotado, solicitar orientação ao escalão superior, com o intuito de evitar ações prejudiciais ao desfecho da ocorrência;

2. Provocação da administração policial em caso de entendimento diverso de delegacias de polícias, em assunto já acordado em Manifestação Ministerial;

### REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

1. Lei n.º13.008, de 26 de junho de 2014;
2. Art. 334 do Decreto Lei n.º2.848 de 07 de dezembro de 1940;
3. Ofício n.º011/2019-MPF/PRMS/COORDCRIM;
4. Ofício n.º017/2018-MPF/PRMS/COORDCRIM;
5. Ofício n.º010/2017-MPF/PRMS/COORDCRIM;
6. Ofício n.º230/14B/PMMS;
7. Nota de Instrução nº002/P-3/BPMRv/PMMS/2018;
8. Lei n.º13.008, de 26 de junho de 2014;
9. Art. 334 do Decreto Lei n.º2.848 de 07 de dezembro de 1940;
10. Ofício n.º011/2019-MPF/PRMS/COORDCRIM;
11. Ofício n.º017/2018-MPF/PRMS/COORDCRIM;
12. Ofício n.º010/2017-MPF/PRMS/COORDCRIM;
13. Ofício n.º230/14B/PMMS;
14. Nota de Instrução nº002/P-3/BPMRv/PMMS/2018.

#### ELABORADO POR:

**WAGNER FERREIRA DA SILVA-**  
TEN CEL QOPM.  
**WELLINGTON KLIMPEL DO**  
NASCIMENTO- TEN CEL QOPM.  
**ROBSON ROBERTO LOPES RAMOS-**  
MAJ QOPM.  
**FREDERICO FRANCOSO CANOLA – CAP**  
QOPM.  
**JOSUEL ALVES DA ROCHA – CB QPPM**

#### APROVADO:

---

Marcos Paulo Gimenez – Cel QOPM  
Comandante-Geral da PMMS  
Mat. 108353021

<b>REVISÃO REALIZADA POR:</b>	<b>APROVADO:</b>
<b>RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS</b>	<b>DIFUSÃO:</b>
	<b>PÚBLICO INTERNO</b>
<b>ESCLARECIMENTOS</b>	
<p><b>1. Conceito de contrabando:</b></p> <p>b. Importar e exportar mercadoria proibida; art.334-A do Código Penal.</p> <p><b>2. Conceito de descaminho:</b></p> <p>a. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria; art.334 do Código Penal.</p> <p><b>3. Atribuições dos órgãos de fiscalização e correição:</b></p> <p>a. <b>Receita Federal:</b> É um órgão vinculado ao Ministério da Economia, e chefiado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil. Regula tudo que tenha relação com o comércio exterior. Tanto a exportação, quanto a importação de bens envolve o pagamento de alguns tributos.</p> <p>b. <b>Ministério Público Federal:</b> Através da Coordenadoria Criminal no Mato Grosso do Sul, dá publicidade e fiscaliza as temáticas acordadas nas reuniões do Colégio de Procuradores da República no Estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p><b>4. Nota de Instrução:</b></p> <p>a. Documento expedido pelo Estado Maior da PMMS, que visa manter atualizado às OPMS acerca de assuntos específicos como valores máximos de mercadorias, o que ensejará no encaminhamento da ocorrência à Receita Federal, ou à Delegacia de Polícia Federal.</p>	

#### **5. Termo de Retenção/Guarda:**

Documento específico para lançamento do material retido que será encaminhado a outro órgão. Nele constará quantidade do material e características (modelo, cor, marca).